



10º Congresso de Pós-Graduação

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA, DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE: CONSTRUÇÃO COLETIVA E DESAFIO AOS GESTORES.

Autor(es)

MOACIR DE GOES

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

1. Introdução

As lutas históricas, lideradas pelos sindicatos dos professores no Brasil pela gestão democrática da escola pública brasileira, datam dos anos 80 do século passado, tornando-se um dos princípios da educação pública na Constituição de 1988, a ser aplicada apenas ao ensino público, abriu uma possibilidade de resgate do caráter público da administração de nossas escolas e da participação da sociedade civil na vida de nossas escolas.

A gestão democrática pretende restituir à sociedade civil o controle sobre a educação e a escola pública, delega aos Conselhos de Escola o poder deliberativo, introduz as eleições para os diretores, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de organização coletiva, de discussão da proposta pedagógica de cada escola, incentiva a luta por melhores condições de trabalho, aquisição de novos equipamentos, bem como, por melhores salários para todos os trabalhadores em Educação.

2. Objetivos

Foram muitas, e continuam sendo, as lutas para romper com o patrimonialismo, o clientelismo, a burocracia institucionalizada e enraizada no sistema político, bem como, certa resistência passiva de alguns educadores que emperram as transformações necessárias para a gestão coletiva e democrática de nossas escolas.

3. Desenvolvimento

Para superar esta situação faz-se necessário uma luta permanente pela participação popular nas decisões da escola públicas e incentivos aos gestores para implantarem novas práticas participativas em suas unidades escolares.

Toda escola tem objetivos, metas e sonhos a realizar. Este conjunto, bem como os meios para concretizá-los, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico inovador.

É chamado de projeto porque reúne propostas de ações concretas a serem executadas durante determinado período de tempo. O termo político é devido à escola ser um local de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir, pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem e inovador para garantir o acompanhamento das rápidas mudanças da sociedade tecnológica..

Uma das formas de conquistar uma gestão democrática educacional é compartilhar a elaboração do projeto político pedagógico, pois, segundo Saviani, 1997, “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” e, portanto a escola é de todos, tanto quanto ao acesso, como quanto a permanência. Como o gestor poderá exigir de sua equipe o cumprimento das metas estabelecidas no PPP, se

eles não fizeram parte do seu desenvolvimento?

Segundo Costa (2003, apud De Rossi, 2004) algumas instituições de ensino fazem da atividade de desenvolvimento do projeto político pedagógico, um simples Projeto-plágio, ou seja, um projeto que é apropriado de outras instituições. Há também o chamado Projeto do chefe, que é na verdade um projeto do responsável pela gestão da escola, feito sem a participação de todos os sujeitos interessados da comunidade escolar.

A reforma educacional dos anos 90 mostrou o Estado como um órgão descentralizador, que transfere responsabilidades diretas da educação às famílias e aos gestores da escola, sem, no entanto transferir recursos necessários para atender estas responsabilidades.

Este novo modelo deu um novo sentido ao “público”, que passou a oscilar em dois tipos de gestão – a pública e a privada, sendo que, tendencialmente, a privada prevalece. Com isso, a escola pública continua sendo um locus ideal de sociedade democrática, desde que, sua concepção seja assumida por todos.

Esta concepção de gestão escolar busca ainda atender o mundo do trabalho que tem sofrido diversas modificações decorrentes da globalização econômica. Como consequência, uma severa competitividade tem tomado conta do mercado de trabalho, exigindo dos candidatos cada vez mais uma melhor qualificação que lhe ofereça destaque.

Para acompanhar tal evolução de mercado, a qualidade deve dar lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Em busca de identificar as mediações entre as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e as novas demandas para a escola, alguns itens precisam ser analisados:

- O conteúdo do material utilizado no processo de ensino-aprendizagem - inovações em equipamentos, materiais e processos de organização, favorecem o processo de qualificação profissional, além de contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico.
- As formas metodológicas – definição de procedimentos metodológicos que permitam superar a memorização, tomando-se como habilidade cognitiva fundamental a capacidade de localizar informações e trabalhar de forma produtiva e criativa, a fim de construir soluções eficazes para os problemas diários enfrentados no mercado de trabalho.
- Espaços e atores educativos – fazer do processo educacional algo mais próximo da realidade do mercado de trabalho, onde os trabalhadores não mais trabalham sob o regime tayloristas/fordistas, e sim, com um novo método, que aproxima a ciência do trabalhador. As novas formas de controle – as organizações mudaram sua concepção. Antes, era cada trabalhador responsável pelo seu posto, hoje, o coletivo é que se torna necessário. Para tanto, é um desafio ao gestor criar novos comportamentos que fortaleçam o coletivo, ou seja, manter a concepção de uma escola regida pela utopia da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agindo desta forma, o gestor será capaz de propor mudanças no ambiente escolar, com o objetivo de construir um novo projeto pedagógico com referência nas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho para em fim formar cidadãos técnica e eticamente desenvolvidos e politicamente comprometidos com a construção da nova sociedade emancipadora.

Para Gramsci, “cultura é organização, ele propõe que o vago conceito de liberdade de pensamento, seja vivenciado pela organização”. Os professores devem respeitar as diferenças e fazer opções políticas coletivas pelo interesse comum; ora, pelos PPP (Projetos Políticos Pedagógicos) emancipadores, suscitar a contribuição da escola com o processo de lutas democráticas pelos direitos educacionais e sociais faz sentido e deve ser buscado sempre. Veja:

Predominam nas escolas atuais, diferentes modelos referenciais, vários sujeitos, prioridades e uma certa desconexão com as normas instituídas. A gestão democrática colegiada comporta professores, pais de alunos, diretores, coordenadores, técnicos e funcionários de classes sociais, níveis de escolaridade, idades, religiões, ideologias, etnias diferentes. (ROSSI, 2004, p. 67)

Segundo (Paro, 1996) “a escola tem seu próprio processo de produção pedagógico: o papel do educando, o conceito de produto e a natureza do processo escolar”.

A escola faz parte de determinados momentos históricos e para a formação de identidades sociais e individuais específicas, precisa trabalhar os diferentes saberes docentes e discentes que não escondem nem amenizam as lutas e conflitos sociais e políticos.

A organização dos alunos, na formação de chapas e nas eleições dos grêmios estudantis, mesmo garantido por lei, pode ser facilitada ou dificultada, dependendo do desejo das equipes dirigentes, sendo que a resistência, nem sempre é declarada, podendo, muitas vezes ser mascarada pela omissão ou pelo legalismo.

Outro fator negativo, em relação à escolha de representantes, é que os demais alunos se excluem do processo político pedagógico da escola; aceitando as normas previas sem questionamento, o que retarda qualquer processo de mudanças na escola.

4. Resultado e Discussão

A gestão democrática é um fator que favorece esta organização dos grêmios, sendo que a naturalidade do processo de escolha de seus representantes também é bastante enriquecido a cada nova eleição.

A participação popular deve decidir junto com os poderes executivo e legislativo as questões relacionadas à cidade; exercendo assim seu direito de cidadania e socializando a política, que, na maioria das vezes, defende interesses privados, gerando grandes problemas sociais como desemprego, exclusão socioeconômica, violência e falta de credibilidade das instituições públicas.

A democratização das decisões cria um espaço aberto para a formação de um cidadão ativo e crítico.

A democracia sozinha não garante formas efetivas de “participação igual” nas decisões públicas, acarretando exclusão social e criando uma grande necessidade de alteração nesse contexto. A democracia, a liberdade e a igualdade de oportunidades devem andar de mãos dadas. Na escola não basta garantir a vaga, é fundamental garantir a permanência, e, principalmente a qualidade de ensino

para todos, independente de suas origens sociais.

A gestão democrática da educação abre a perspectiva do resgate do caráter público da administração pública, estabelecendo o controle da sociedade civil sobre a escola pública e a educação, garantindo a liberdade de expressão, pensamento, criação e organização coletiva e, ainda, facilitando a luta por condições materiais para a aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como de salários dignos para os profissionais da educação. Entretanto a democracia não extinguiu o regime de correlação de forças desiguais entre o Ministério da Educação de Cultura (MEC) e as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas.

[...] a apresentação de dois planos nacionais de educação, um do governo e outro da sociedade civil, evidencia o atual estágio da correlação de forças no final dos anos de 1990, explicitando o acirramento do conflito entre duas propostas de sociedade e de educação- a proposta liberal-corporativa e a proposta democrática de massas. (BASTOS, 2000, p.9)

Para entender melhor como isso acontece o autor sugere três momentos principais: o debate sobre a questão democrática, os movimentos de democratização na gestão da escola pública e as práticas administrativas compartilhadas.

O debate sobre a questão democrática, precisa ser democratizado, de tal forma que de todos nas escolas públicas possam ser sujeitos ativos deste processo. É de suma importância que o espaço para estes debates não sejam cerceados pelos governos.

No segundo momento, o movimento de democratização na gestão da escola pública, exige mudanças na escola no sentido de superar as estruturas burocráticas, meritocráticas, formais, hierarquizadas e buscar ações que apontem para o processo de democratização real da escola.

Nem sempre o entendimento de gestão democrática teve o mesmo sentido. Isto implica em dizer que existem dois entendimentos de democratização. No primeiro, o termo refere-se à ampliação do acesso à educação, visto que o Estado incentivava a gratuidade, mas não a obrigatoriedade da educação, o que faz da própria democratização do acesso, um discurso vazio. No segundo entendimento, a democratização deveria propiciar a participação efetiva de todos na esfera educacional, definindo qual é o papel da escola, o que se traduz na atual legislação que, mesmo garantindo a obrigatoriedade apenas ao ensino fundamental, preconiza não só a democratização do acesso, mas a permanência do aluno na escola.

E finalmente, no terceiro momento as práticas administrativas compartilhadas que buscam aprofundar e intensificar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições democráticas representativas para torná-las mais inclusivas, ou ainda, buscando formas de complementaridade entre democracia participativa e representativa.

Com efeito, os processos de democracia representativa não conseguiram dar conta da pluralidade cultural e do reconhecimento de novas identidades, o que exigiu profundas redefinições nas práticas democráticas. Dessa forma, a democracia participativa, que se dá tanto na esfera do Estado quanto na não estatal, incorpora ao debate político propostas de reconhecimento cultural e inclusão social, visando assegurar o pluralismo e a tolerância sem o qual a democracia participativa não existe.

Uma efetiva descentralização e autonomia para as escolas públicas são condições mínimas para a ampliação da perspectiva da democratização da gestão de cada escola.

5. Considerações Finais

Democratização da educação, qualidade de ensino e crise nas propostas políticas para o ensino público ocupam há algum tempo lugar central na agenda da educação em nosso país. Dentre estes temas o que mais chama a atenção é o princípio da educação como bem público, direito social de todos os cidadãos e dever absoluto do Estado.

O saber gerado nesta educação democrática não pode ser um saber burocrático, batizado e balizado por exames, mas emancipador e testado pelas suas próprias condições de construção, considerando os sujeitos aí inseridos, bem como suas condições de vida.

A sociedade civil retoma e retorna ao debate do ensino público e gratuito com muito vigor e consciência da importância do mesmo para a construção de uma sociedade democrática e atuante.

Este repensar a educação não surge por acaso ou por obra de educadores abnegados que entendem que a educação precisa urgentemente ser reaprendida e reestruturada em outros paradigmas. A razão principal é o reconhecimento de que quaisquer e todas propostas de educação imposta sem a participação levou o ensino a decadência e decomposição em todos os níveis. Vejamos:

Embora predominando o sincretismo, a concepção dominante oficial, é legalista e burocrática. Essa é, por isso, essencialmente política dentro do quadro político nacional em que a tecnoburocracia representa a fachada da ditadura burguesa. (GADOTTI, 2003, p. 167)

Passados os anos, boa parte dos educadores, pensam a educação a partir de outra concepção, longe de ser um lugar imutável, ela é vista com inacabada, precária, prolongamento da sociedade tecnologicizada, que muda tudo e a todos com uma velocidade nunca vista na história da humanidade. Esta mudança na qualidade das relações que busca manter a sociedade ativa é fruto de uma lenta e árdua construção da própria sociedade, incentivada por alguns gestores de concepção democrática da educação, que ousaram usar as ferramentas possíveis para construir uma proposta de ensino mais libertadora, democrática nos últimos tempos.

A emancipação, como pressuposto básico para a formação de sujeitos éticos, deve fazer parte das relações dos gestores com a comunidade, deve balizar as ações para a liberdade, para a autonomia, para o respeito a integridade, para o conviver com as diferenças e solidificar a democracia em nosso país.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, J. B. (org.) Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999.
- DE ROSSI, V. L. S. Gestão do Projeto Político-Pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2000.
- GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. M. Conceção Dialética da Educação: um estudo introdutório. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. 3. ed. – São Paulo: Moraes, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 6. ed. – Campinas: Autores Associados, 1977.